

Código vermelho para a Humanidade

Artigo de Andreia Galvão.

O painel intergovernamental para as Alterações climáticas foi criado em 1988 pela Organização Mundial Meteorológica e pelo Programa Ambiental das Nações Unidas com o objetivo de providenciar aos governos em todos os níveis informação científica que pudesse determinar políticas neste sentido. Este painel é constituído por 195 membros, mas contém o contributo de milhares de cientistas de todo o mundo, apresentando formas de envolvimento e participação para quem o deseja fazer. A sua missão passa pela elaboração de relatórios que têm vindo a assumir um papel crucial nas negociações climáticas e no reforço das reivindicações feitas por ativistas climáticos em todo o mundo.(1)

Este painel lançou, recentemente, o seu sexto relatório. O documento “ Climate Change 2021: The physical Science Basis” permite-nos tirar cinco conclusões principais:

1. As alterações climáticas têm impactos globais, rápidos que se têm vindo a intensificar. Não têm precedentes com o que se tem passado nos últimos anos.
2. As alterações climáticas são indiscutivelmente causadas pelas atividades humanas, tornando as ondas de calor, secas etc mais frequentes e severas. Mais concretamente, as emissões de gases com efeitos de estufa, consequência da atividade humana, são responsáveis por aproximadamente 1,1°C.
3. Não há retorno possível nas mudanças que já se têm vivido no sistema. No entanto, algumas podem ser atrasadas ou paradas pela limitação do aquecimento.
4. As alterações climáticas vão afetar todas as regiões, de diversas formas. Estas mudanças que já temos visto vão aumentar com o aumento na temperatura global.
5. A não ser que se verifiquem cortes imediatos e de grande escala de emissões de gás, a limitação de aumento de 1.5º já estará fora de alcance.

O mundo parou por um segundo após a saída e a proclamação catastrófica feita neste relatório. O Secretário Geral das Nações Unidas, António Guterres apressou-se a declarar que o relatório é “um código vermelho para a humanidade”, com uma evidência irrefutável: as emissões de gases a partir da queima de combustíveis fósseis e do desmatamento estão a sufocar o planeta e a colocar bilhões de pessoas em risco. Este reforçou que os países, principalmente os que compõem o G-20, devem assumir a sua responsabilidade na questão da crise climática e assumir os devidos compromissos antes da próxima COP-26 que será em Glasgow, em Novembro.

A declaração de código vermelho para a Humanidade pode ser contestada pela sua declaração tão tardia e pelo eurocentrismo que evidencia por só o reconhecer quando os impactos se começam a tornar inegáveis no Norte Global.

Este código vermelho remonta há mais de quinhentos anos, quando os colonizadores europeus introduziram os seus modelos económicos extrativistas que exploraram paisagens e a maioria da população do Sul Global. Estes modelos são a fundação do nosso sistema económico atual e só se sustentam com a perpétua exploração sem limites. Este modelo económico criou sistemas sociais para a sua manutenção, como a divisão racial, a divisão de género, etc, afligindo estas comunidades já subalternizadas pela formatação sistémica de uma forma particularmente incidente.

As soluções para a crise climática são simples, mas impossíveis de efetuar sem subverter a lógica que reina no sistema e que domina todas as nossas relações económicas e sociais.

Virando-nos para a cultura contemporânea- o filme do Matrix (1999) popularizou a dicotomia entre tomar a pílula vermelha ou a pílula azul. A primeira simbolizava a escolha de abraçar a verdade que nos libertaria dolorosamente enquanto a segunda era olhada como a pílula que nos permitia continuar a viver no mundo virtual, esquecendo as descobertas que nos provocaram agonia.

Podemos olhar para a nossa resposta social à crise climática da mesma forma: podemos assumir os antecedentes que originaram a maior crise com que a Humanidade já se deparou e assumir a nossa responsabilidade na resolução da mesma (por mais difícil que seja esta tomada de posição) ou podemos contentar-

nos com passos tímidos na resolução da crise climática que nos preenchem com algum sentido de propósito- mesmo que não se traduzam em mudanças significativas para as comunidades da linha-da-frente do colapso do capitalismo.

É preciso pensar urgentemente sobre como podemos criar o maior movimento social de todos os tempos, que dê legitimidade social a mudanças sem precedentes em todos os setores da nossa sociedade. Precisamos de nos lembrar que estamos a lutar pelas nossas vidas. Uma vez que nem todas podemos sonhar em acompanhar o Elon Musk e construir uma vida num novo planeta, sabemos que esta Terra é tudo o que temos para assegurar o nosso presente e o nosso futuro. Para o defender precisamos de todas as pessoas.

Mas como é que se cria esse movimento se as pessoas mais afetadas pela crise climática (as do Sul Global, as mulheres, as comunidades racializadas, as mulheres, as pessoas LGBTQ+, quem trabalha, etc) não dispõem das ferramentas, do tempo ou do poder político para fazer essas exigências?

Isso implica que a luta climática precisa de criar alianças com as comunidades, com as forças políticas que entendem que o caminho a seguir terá de passar por mudanças estruturais no nosso sistema sócio-económico, alterando os modos de produção, de consumo ao invés de insistir na culpabilização pessoal e na aposta nos projetos de greenwashing.(2) A luta por justiça climática tem de ser uma ferramenta para as pessoas que mais precisam dela, para que possam assegurar a sua segurança face às fragilidades do sistema, não podendo ser um instrumento de manutenção e reprodução da classe social dominante.

A feminista norte-americana Kimberly Crenshaw cunhou o termo “interseccionalidade” que é uma teoria que pretende encontrar laços de opressão entre as experiências de identidade pessoal (como a discriminação étnico-racial, machista, de classe, etc) para fortalecer um movimento de resistência ao sistema que coloca as nossas vidas em risco. Trocando por miúdos, é uma teoria que se foca no que temos em comum e como isso pode criar comunidades com força. Precisamos de avançar na construção de um plano social e económico, construído democraticamente, que coloque a vida, a justiça no centro. Talvez isso pareça utópico para quem está a ler este artigo. Talvez seja. Mas por vezes (e nesta questão em específico), o utópico reflete o necessário e o caminho que deve dar ênfase às nossas exigências. Porque, agora, não podemos mesmo fechar os olhos. Se há algo que a crise climática nos ensinou é que a realidade não é negociável.

(1) <https://www.ipcc.ch/about/>

(2) <https://www.csustentavel.com/faq-2/o-que-e-o-greenwashing/>